

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DO  
CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – 12ª REGIÃO (CRESS/SC) EM  
FLORIANÓPOLIS - ESTADO DE SANTA CATARINA. ILMA. AUTORIDADE SUPERIOR  
COMPETENTE

CONVITE nº 003/2017

*Convite para a contratação de Prestação de Serviços Terceirizados de Limpeza e Copa*

**ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente qualificada no processo licitatório em epígrafe, vem, tempestivamente, por meio de seu representante legal, interpor RECURSO ADMINISTRATIVO, conforme fundamentação jurídica abaixo descrita.

Com base na lei 8.666/1993, pelas razões de fato e de direito que passa a expor. Requer-se, desde já, caso ultrapassado o juízo de retratação, o recebimento das presentes razões de recurso, na forma prevista em lei, com seu encaminhamento, devidamente informado, à autoridade competente para a devida apreciação, requerendo a total e completa procedência.

## 1. DA INEXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA - DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA MASTER CLEAN LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA ME

De acordo com os documentos apresentados autos, denota-se que a proposta da empresa declarada vencedora, ora Recorrida, possui valores unitários significativamente baixos, o que torna a proposta por ela ofertada, inexecutável.

Necessário se faz destacar, ainda, que o edital veda a oferta de preços manifestamente inexecutáveis, *in verbis*:

1.3. A forma de escolha da vencedora é pelo menor preço apresentado, para um período mensal de prestação de serviço, sendo vedada a apresentação de preços inexecutáveis. (...)

Desse modo, não se pode admitir proposta em que conste valores inexecutáveis, como, *data vênia*, compreende-se da proposta apresentada pela Recorrida.

Ademais, o valor indicado pela Recorrida em sua proposta deve servir de alerta quanto às obrigações sociais pertinentes à contratação, haja vista que eventual omissão e/ou não pagamento repercute em prejuízo do patrimônio do trabalhador, bem como da própria Administração Pública.

Tal situação é agravada, neste caso, pelo regime tributário simplificado em que se insere a Recorrida, que enseja uma diminuição da tributação, mas que não pode servir de subterfúgio à formação do preço da licitante, eis que defeso em lei, conforme já destacado e assim reconhecido por esta respeitável Entidade, em decisão administrativa anterior.

Logo, imperioso que se busque repudiar qualquer proposta que não observe e cumpra religiosamente suas obrigações legais, incluindo-se as trabalhistas e tributárias, especialmente aquelas que dizem respeito às contribuições sociais.

Vale lembrar que o edital preocupou-se em verificar o cumprimento pretérito destas obrigações, exigindo certidões negativas, conforme item 5.1 do ato convocatório, não pode, agora, no momento de se estabelecer a relação contratual e responsabilizar-se solidaria e subsidiariamente, ignorar tais situações e obrigações legais impostas ao licitante.

Desse modo, não há que se falar em classificação da empresa Recorrida, haja vista diversos e graves descumprimentos editalícios e legais, tornando-se obrigação da Administração rever seu ato, sob pena de contratar descumprindo o zelo obrigatoriamente praticado para contratação de empresas junto à Administração Pública.

Ainda, a legislação em vigor é clara no que discorre acerca do tema e, destaca-se

dos artigos 48, inciso II, e 44, § 3º, da Lei 8.666/93, respectivamente:

**Art. 48. SERÃO DESCLASSIFICADAS:**

I - as propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação;

II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou **com preços manifestamente inexequíveis, ASSIM CONSIDERADOS AQUELES QUE NÃO VENHAM A TER DEMONSTRADA SUA VIABILIDADE ATRAVÉS DE DOCUMENTAÇÃO QUE COMPROVE QUE OS CUSTOS DOS INSUMOS SÃO COERENTES COM OS DE MERCADO E QUE OS COEFICIENTES DE PRODUTIVIDADE SÃO COMPATÍVEIS COM A EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO,** condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.

Art. 44. No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos por esta Lei. § 3º **Não se admitirá proposta que apresente preços global OU UNITÁRIOS SIMBÓLICOS, IRRISÓRIOS OU DE VALOR ZERO, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos [...].**

A respeitado Prof. Jesse Torres assim assevera sobre o preço inexequível, ou inviável, como prefere denominar:

Preço inviável é aquele que **sequer cobre o custo do produto, da obra ou do serviço.** Inaceitável que empresa privada (que almeja sempre o lucro) possa cotar preço abaixo do custo, o que a levaria a arcar com prejuízo se saísse vencedora do certame, adjudicando-lhe o respectivo objeto. Tal fato, por incongruente com a razão de existir de todo empreendimento comercial ou industrial (o lucro), conduz, necessariamente, à presunção de que a empresa que assim age está a abusar do poder econômico, com o fim de ganhar mercado ilegítimamente, inclusive asfixiando competidores de menor porte. São hipóteses previstas na Lei nº 4.137, de 10.09.62, que regula a repressão ao abuso do poder econômico. (PEREIRA JÚNIOR, 2007, p. 557-558).

Dessa forma, a proposta vencedora deveria ofertar preços compatíveis com os de



mercado, na forma do Art. 44, § 3º, da Lei 8666/93 e, ainda, de acordo com a legislação, distante do que acontece no presente caso e, desse modo, não há outra forma, senão ser a recorrida desclassificada.

Outrossim, por cautela, caso não admitida a desclassificação conforme acima referida, ante a possibilidade da empresa estar atuando em desconformidade com a legislação acima transcrita, o que caracterizaria irregularidade e ilegalidade, deve esta respeitável entidade, diante de suas obrigações e competências legais, precaver-se da formalização de contrato com pessoa jurídica irregular perante à norma.

Desta feita, se faz necessária a realização de diligências, a fim de confirmar e veracidade e validade da proposta ofertada pela Recorrida, bem como sua legalidade, de acordo com o disposto na Lei de licitações:

Lei 8666/93. Art. 43. § 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a **promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

Consoante razões expostas e da documentação apresentada pela empresa Recorrida, requer seja promovida pela Comissão de Licitações o requerimento de apresentação de documentos comprobatórios dos valores, em especial do cumprimento das obrigações sociais, mediante entrega de planilha detalhada da formação do preço.

Dessa forma, consoante Art. 43, §3º, da Lei 8666/93, requer, em sede de diligência, a urgente juntada/apresentação de planilha, documentos e provas a fim de comprovar a (in)exequibilidade da proposta, detalhada, sob pena de desclassificação. Após a apresentação da planilha, desde já se requer vistas do documento, bem como prazo para eventual apresentação e/ou complementação das razões recursais.

## 2. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA EMPRESA GT SERVI SERVIÇOS TERCEIRIZADOS

Da análise da planilha apresentadas pela Recorrida, verifica-se que esta deixou de cotar corretamente importante obrigação trabalhista, prevista em lei, qual seja, **contribuição patronal sindical**.

Pois bem, a Convenção Coletiva a qual se pautou a Recorrida quando da formulação de sua planilha e apresentação de sua proposta, determina expressamente a obrigatoriedade quanto ao

pagamento das contribuições. Assim se verifica nos art. 578 e seguintes da CLT, amparados no art. 149 da Constituição Federal.

Todavia, da análise da planilha apresentada pela Recorrida, constata-se que a base de cálculo utilizada para prever o custo da referida rubrica deixou de ser cotada corretamente, senão vejamos o que dispõe a cláusula da Convenção Coletiva de Trabalho em sua cláusula quadragésima quinta:

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Fica estabelecido que as empresas abrangidas pelo presente instrumento contribuirão para o sindicato patronal com a importância equivalente a 1% (um por cento) incidente sobre o salário normativo e adicional de insalubridade de todos os empregados devido, mensalmente, durante a vigência do presente instrumento, com prazo de pagamento até o dia 20 de cada mês, observado o salário do mês imediatamente anterior.

Desse modo, o valor de 1% deveria ter sido aplicado com incidência no salário normativo (R\$ 711,60) e, totalizaria o montante de 7,11%, não 5,93%, haja vista que a incidência não é somente calcula sobre o valor do salário e, sim, referente ao salário acrescido da insalubridade.

Não bastando, a Recorrida agiu em desacordo com o que fora exigido no edital e na Lei, inclusive ao que impõe a Constituição Federal, em seu art. 7º, inciso XXVI, quanto à previsão em CCT.

A não apresentação da proposta com base na Lei e na Convenção Coletiva de Trabalho, além de desrespeitar as exigências expressamente previstas no edital da licitação, igualmente desconsidera uma série de fatores que compõem os custos que envolvem a prestação de serviços, o que não pode ser admitido.

No que tange ao recolhimento de contribuição assistencial, a jurisprudência é igualmente clara ao determinar sua obrigatoriedade:

***"CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL. ABRANGÊNCIA. Todas as empresas integrantes da categoria econômica têm o dever de contribuir para o pagamento das despesas havidas pelo sindicato em razão das negociações coletivas e benefícios proporcionados pela atuação sindical, que abrange toda a categoria. Aplicação do disposto no art. 513, "e", da CLT. (Acórdão 11479/2007 - Juiz Alexandre Luiz Ramos - Publicado no TRTSC/DOE em 07-08-2007)".*** (grifamos)

Assim, resta claro que a cotação da referida contribuição é obrigatória, além de sua previsão ser realizada de modo correto, não podendo a Recorrida se furtar de seu recolhimento



adequado.

É de se ressaltar, *ad argumentandum*, que não há que se falar em violação ao princípio da liberdade de associação, já que não se trata de impor à licitante associação ao sindicato, mas sim do dever de contribuir com o pagamento das despesas havidas pelo sindicato em razão das negociações coletivas e benefícios proporcionados pela atuação sindical (art. 613, inc. VII, da CLT), que abrange toda a categoria.

O pagamento da contribuição assistencial, com fundamento nos arts. 513 alíneas "b" e "e", 613, inc. VII, da CLT e 8º, incisos I, III, IV e VI, da Constituição Federal (STF RE 189960/SP. Relator Ministro MARCO AURÉLIO. Julgamento: 07/11/2000. 2ª Turma. Publicação no DJ de 10-08-2001, p. 18), tem por finalidade custear as despesas do sindicato no desempenho de suas funções constitucionais de representação e negociação coletiva, especialmente in casu em que tal pagamento se reflete em benefício ao trabalhador, e em razão disso é devida por todos os integrantes da categoria profissional ou econômica.

Julgou o Supremo Tribunal Federal:

**CONTRIBUIÇÃO. CONVENÇÃO COLETIVA.** A contribuição prevista em convenção coletiva, fruto do disposto no artigo 513, alínea "e", da Constituição Federal, é devida por todos os integrantes da categoria profissional, não se confundindo com aquela versada na primeira parte do inciso IV do artigo 8º da Carta da República. (RE 189960/SP. Relator Ministro MARCO AURÉLIO. Julgamento: 07/11/2000. 2ª Turma. Publicação no DJ de 10-08-2001, p. 18).

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. CONTRIBUIÇÕES DESTINADAS AO CUSTEIO DE SINDICATOS. EXIGIBILIDADE.**

1. A contribuição assistencial visa a custear as atividades assistenciais dos sindicatos, principalmente no curso de negociações coletivas. A contribuição confederativa destina-se ao financiamento do sistema confederativo de representação sindical patronal ou obreira. Destas, somente a segunda encontra previsão na Constituição Federal (art. 8º, IV), que confere à assembleia geral a atribuição para criá-la. Este dispositivo constitucional garantiu a sobrevivência da contribuição sindical, prevista na CLT.

2. Questão pacificada nesta Corte, no sentido de que somente a contribuição sindical prevista na CLT, por ter caráter parafiscal, é exigível de toda a categoria independente de filiação.

(...).

4. Agravo regimental improvido. (RE-AgR 224885/RS. Relatora Ministra ELLEN GRACIE. Julgamento: 08/06/2004. 2ª Turma. Publicação no DJ de 06-08-2004 PP-00052).

Assim, insustentável a manutenção do julgamento que julgou válida a proposta apresentada pela Recorrida neste certame, considerando as inconsistências especificadas neste sucinto arrazoadado, sendo imperiosa a desclassificação da empresa.

## CONCLUSÃO

Por todo exposto, para que não se consolide uma decisão equivocada, lembrando o próprio dever de evitar-se o ônus de eventual demanda judicial, a **ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, requer:


1. O conhecimento e provimento do recurso; A reforma na decisão de classificação das Recorridas, determinando-se sua desclassificação, uma vez que deixaram de atender e cumprir com os referidos requisitos editalícios e legais;
2. O encaminhamento do presente recurso administrativo para instância superior, em caso de ser julgado improcedente o que se admite apenas para argumentar, devidamente informado, com a reforma da decisão;
3. A realização das diligências apontadas para constatação da exequibilidade da planilha apresentada pela empresa Master Clean, com a desclassificação da recorrida.

Nestes termos,

Pede e espera Deferimento.

Joinville/SC, 27 de Junho de 2017.

Rodrigo Batista Salvi  
OAB/SC 20.465

  
Ana Paula Sousa da Costa  
Representante Orbenk

Luíza Beda Siedschlag  
Assistente Jurídico